

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, LINGUAGEM E RELAÇÕES DE GÊNERO: A ATUAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA RURAL EM ESPAÇOS DE PODER

Fernanda da Silva Gomes; Mikaelle Silva Cabral da Silveira; Sanderline Ribeiro dos Santos;

Universidade Federal da Paraíba

gomesfernanda18@gmail.com; cabraldescobridor1500@gmail.com; sanderline_ribeiro@hotmail.com;

RESUMO

Na sociedade patriarcal, o sexismo se manifesta por meio da reprodução incessante dos estereótipos que inferiorizam a mulher vinculando-a sua natureza biológica e valorizando os mitos. Mediante ao trabalho Educação de Campo (Antônio Alberto Pereira) e a dissertação de mestrado Prática de Leitura com Mulheres Assentadas (Gislaine da Nóbrega) coletamos dados, nos utilizando dos Métodos de Pesquisa de Evandro Ghedin, em uma Comunidade no interior de Rio Tinto que é conduzida social e politicamente pela Associação de Moradores em que uma mulher é presidenta. Portanto tendo como base o livro de conteúdo Gênero e Diversidade na Escola pretende-se com esse trabalho estudar o conceito de gênero que compreende as masculinidades e feminilidades como algo construído social e culturalmente, a diferença em relação ao poder dado ao sexo feminino nos dias atuais para a posição social que ela ocupava em tempos passados, além de identificar e relacionar o uso da linguagem que contribui para a formação do sujeito mulher na luta pelo reconhecimento de seus direitos e de seu povo.

Palavras-chave: Gênero, Mulher, Poder, Linguagem e Participação Política.

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, o bom uso da linguagem foi um fator primordial para desenvolver a comunicação entre povos, gerações classes sociais e firmar acordos. No decorrer desse processo, a mulher sempre esteve presente mesmo que de forma silenciosa e quase oculta.

Na sociedade, o patriarcado tem se reproduzido ao longo dos séculos. Embora não esteja escrito em nenhuma norma social, está escrito na sociedade reproduzindo um arcabouço ideológico e político que amplia e cristaliza o poder de decisão e autoridade dos homens e resultam em submissão e opressão as mulheres. Somando-se a isso, há um conjunto de ideias, normas, atitudes, valores, comportamentos que subestimam e desvalorizam as mulheres, mantem e reproduzem a submissão das mulheres em todos os níveis: sexual, procriativo, trabalhista e afetivo. Essas manifestações de comportamento discriminatório que favorecem um sexo em detrimento a outro, abrangem todos os âmbitos da vida e das relações humanas além de promover o desequilíbrio sexual do poder.

Contraopondo-se radicalmente ao poder patriarcal, surge o movimento político, o feminismo, questionando as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica, uma sociedade que proponha igualdade de oportunidade às mulheres, que assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais. É verdade que ainda são colocadas na invisibilidade, mas é verdade também, que há um processo crescente de visibilidade e reconhecimento das mulheres trabalhadoras do meio rural. Muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, sendo que as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios.

Propõe-se, então, estudar a influência da língua portuguesa e das relações de gênero nas diferentes áreas de atuação no meio político-social da zona rural, administradas por uma mulher que se encontra em uma posição de poder visando oportunidades para a comunidade na busca por melhorias e reconhecimento. Colocando em xeque o papel da mulher do campo na sociedade tradicional.

METODOLOGIA

A Ilha do Aratingui é uma comunidade localizada na zona rural do município de Rio Tinto, Paraíba, a 50 Km da capital. Suas terras passaram por um processo jurídico para serem reconhecidas como Comunidade Tradicional¹ e estão apenas no aguardo da Justiça Federal para concluir o processo de demarcação.

¹ Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Esses grupos devem se organizar de forma distinta, ocupar e usar territórios e recursos culturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito a organização social quanto a religião, economia e ancestralidade.

Os seus moradores estão organizados há 17 anos em uma associação que denominaram de Associação dos moradores da Ilha do Aritingui, que tem como função movimentar causas em prol da sociedade e resolver os problemas da população. A Associação tem como presidenta uma mulher que está no seu 2º mandato, a senhora Maria Aparecida Jerônimo (28 anos).

Para realizarmos nossa pesquisa fomos 4 vezes à comunidade, a qual fica situada depois de um imenso canal, praticamente muito escondida, mas de uma riqueza particular. Apresenta solo bastante fértil e este fator causa uma imensa cobiça por parte dos usineiros, os quais tentam por meio de vários conflitos e investidas a possibilidade de ter a posse dessas terras. Por ser cercada de água por todos os lados e área de maré, favorece a coleta de crustáceos e a agricultura de subsistência.

Aproximamo-nos da comunidade e observamos que o povo possui sua própria cultura e estrutura organizacional. A administração destas organizações está ligada diretamente com o planejar, organizar e liderar por meio da associação de moradores. Dessa forma, nos apoiamos em aspectos da abordagem etnográfica, visando a conhecer a dinâmica interna da comunidade onde a líder atua. Portanto,

O trabalho Etnográfico está ligado a um modo de perceber o mundo do outro ou de “treinar” o olhar para aprender a perceber como o outro vê a si mesmo como alguém que se percebe diferente, com uma identidade que é sua e dos outros ao mesmo tempo. (GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro; 2011, p.180)

A pesquisa se deu através de entrevistas com a Presidenta da Associação dos Moradores da Ilha do Aritingui, Maria Aparecida, tentamos a comunicação dias antes da nossa visita, mas não foi possível, pois o sinal de celular na área é muito difícil, quase inexistente. Ainda assim ela nos atendeu prontamente e nos concedeu a permissão para registrar as imagens do local e fazermos levantamentos de dados necessários para a presente atividade, com a ressalva de não fazermos registro de áudio.

No que diz respeito à oralidade ela se sentiu bastante a vontade para falar sobre sua atuação como presidenta da Associação, dos desafios que enfrentou para superar as suas próprias limitações e das dificuldades encaradas pela comunidade em que ela está inserida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Maria Aparecida Jerônimo, presidenta da Associação dos moradores da Ilha do Aratingui, casada, agricultora, evangélica e também coordenadora do grupo de produção e resistência da Pastoral da Juventude Rural com jovens da referida comunidade. cursando o terceiro ano médio da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) ela tem consciência de como trabalhar na Associação foi uma superação das suas limitações relacionadas tanto a timidez quanto ao preconceito, pois nessas pequenas comunidades o papel da mulher é definido desde cedo como dona de casa e mãe.

FIGURA 1 – Integrantes da Pastoral da Juventude Rural



Fonte: SANTOS, Sanderline Ribeiro dos. Imagem digital.

Esses papéis pré-determinados são fruto de uma sociedade que impõe regras e dita expectativas de como homem e mulher devem atuar, uma sociedade que justifica a desigualdade entre os sexos com argumentos científicos citando diferenças biológicas, explicando o que é distinto do funcionamento da mente de cada um, numa tentativa de encobrir o que verdadeiramente separa a humanidade em gêneros: a nossa socialização.

“Nordestinos, gaúchos, amazonenses, caboclos, diferentes grupos indígenas, nas áreas rurais e urbanas, possuem regras sociais e moralidades que estabelecem costumes locais e a inserção da mulher em uma dada cultura.” (Brasil, 2009) Seja em diferentes culturas ou diferentes sistemas de gênero em que estamos inseridos é verídico que a mulher é inferiorizada pela hierarquia masculina, que foi historicamente construída tanto por homens, quanto pelas próprias mulheres.

De acordo com a entrevistada ela superou a dificuldade de falar em público quando assumiu a associação:

A dificuldade de falar eu fui superando por meio da Associação, depois que assumi. O fato de ter que enfrentar os desafios, foi melhorando o meu desempenho na igreja e na escola. Ao começar os trabalhos, na busca das autoridades para resolver os problemas da comunidade, fui percebendo que isso não é favor, mas sim um direito.

Destaca-se da fala de nossa entrevistada, uma história de vida marcada pela superação, apesar das limitações impostas por sua condição de gênero. O fato de ser uma mulher nos remete ao local histórico atribuído a ela, o lugar da escuridão, em que de acordo com Chaves (2000) “Vislumbrar a mulher como leitora é também imaginar uma história de restrições, continuidades, descontinuidades e interdições de leitura em épocas diferentes, delimitando espaços, jeitos e práticas de ler e escrever.”. Todavia, percebemos que o trânsito dela em espaços alternativos de aprendizagem, a exemplo de sua participação política na comunidade, por meio da assunção da associação, acabou por aprofundar a dinâmica de relações vivenciais propiciadas pelo uso da língua portuguesa em outros espaços sociais, tais como a igreja e a escola.

Nossa entrevistada compreendeu que o elemento impulsionador de mudanças em seu desenvolvimento cognitivo foi a participação política, quando disse: “na igreja, até para ler um versículo era de cabeça baixa”. Assim, quando questionada sobre como conseguiu superar sua insegurança quanto à atuação dela como presidenta, respondeu: “Antes, a timidez me impedia um pouco, tinha medo de falar errado. Mas com o tempo, fui percebendo que se eu tenho direito, não importa o jeito que eu fale”. Por outro lado, esse argumento evidencia que a consciência política impulsiona o uso da língua falada, podendo o sujeito falante buscar e valorizar a aquisição de saberes produzidos no espaço escolar.

FIGURA 2 – Maria Aparecida Jerônimo, presidenta da Associação dos moradores da Ilha do Aritingui.



Fonte: GOMES, Fernanda. Imagem digital.

A Ilha do Aritingui é uma comunidade que tem pouco reconhecimento das pessoas da própria cidade, elas não valorizam, existe hoje

[...] uma educação voltada aos interesses de certas classes sociais que veem o campo e a terra apenas como mercadoria e os sujeitos do campo como mão-de-obra. Não reconhecem a diversidade de sujeitos sociais existentes no campo, a sua cultura, e sua visão de mundo, as suas diversas formas de pensar, de organizar o trabalho e a vida. (PEREIRA, Antônio Alberto. 2014).

Como exemplo disso existe uma relação de conflito com empresas vizinhas que ameaçam a recente territorialidade conquistada pelos moradores, tentam se apossar de parte do território para utilizar em agronegócio, além de continuamente poluírem o meio ambiente. O que ameaça algumas das fontes de renda dos moradores que se baseia na pesca e na agricultura.

Essa educação capitalista torna-os apenas lucro, é o que torna os sujeitos do campo sem história, assim como acontece com a mulher na história da humanidade, como afirma Chaves (2009) “O fato é que existe uma história invisível por que não é pensada e contada.”. Reforçando isso, em outro momento da entrevista recebemos a informação de que nas

primeiras tentativas de posse da terra por parte dos usineiros, um fato importante aconteceu na comunidade. Uma moradora conseguiu impedir que os tratores cortassem toda a terra, a qual no momento apresentava interesse para o plantio de cana-de-açúcar, quando ao sair de sua casa deixou dentro dela os seus filhos pequenos e exclamou que eles poderiam passar o trator por cima da casa juntamente com os seus filhos, mas ela iria em busca dos seus direitos; feito isso, foi possível parar a invasão nas terras e a partir daí foi dada continuidade a construção de outras casas de taipas como que demarcando o território.

Essa falta de reconhecimento do papel da mulher na luta na Comunidade da Ilha do Aritingui é citada por Chaves (2009) relacionada ao assentamento APASA:

[...] a participação das mulheres constitui uma importante força de trabalho no processo produtivo e organizativo da luta pela subsistência, muito embora elas não tenham clareza quanto ao acúmulo de funções. No entanto, do entendimento que algumas têm sobre a sua participação histórica na luta pela terra reclamam da falta de reconhecimento por parte de seus companheiros [...]

A luta pela Reforma Agrária e o fortalecimento da Agricultura Familiar na comunidade é o principal agente impulsionador do desenvolvimento local. A produção de artesanato com elementos da natureza baseia-se na ideia da sustentabilidade. As mulheres estão presentes em todas as etapas da luta pela terra e em todos os processos produtivos, dedicam-se ao trabalho doméstico e à criação de animais.

FIGURA 3 – As mulheres da Ilha do Aritingui na produção de Artesanato.



FIGURA 4 – Feira do Aritingui



FIGURA 5 – Viveiro de caranguejos, Feira do Aritingui.



Fonte: SANTOS, Sanderline Ribeiro dos. Imagem digital.

A dificuldade de acesso a Ilha do Aritingui é um dos problemas enfrentados por seus moradores, pois as autoridades políticas não disponibilizam transporte público para locomover os habitantes da ilha. Os moradores sofriam com o problema das estradas, as dificuldades de sair da ilha pelo péssimo estado em que as vias se encontravam, mas com o trabalho conjunto dos moradores, no exercício do chamado mutirão², eles próprios construíram uma estrada de barro.

Para realizar essa atividade foram reunidos homens, jovens e mulheres da comunidade, que fazendo uso de instrumentos agrícolas, tratores e força humana, fizeram a distribuição do barro por todo o percurso transitado pelos moradores diariamente. O barro eles conseguiram através de doação da prefeitura local e usina, já que ambas fazem uso das estradas para transportar cana-de-açúcar nos caminhões ou ônibus com profissionais para o local de trabalho, seja ele campo e/ou escola. Mas os moradores realizam o acesso geralmente através de carros populares e Kombes.

²Mutirão - Substantivo masculino. (Do tupi) - Auxílio gratuito que prestam uns aos outros os membros de uma determinada comunidade, reunindo-se todos em proveito ou de um de seus membros, ou de todos, como no caso, por exemplo, da implementação de obra(s) de infra-estrutura. Fonte: Grande Dicionário Aurélio.

FIGURA 6 – Maria Aparecida e moradores na Rio +20



Fonte: SANTOS, Sanderline Ribeiro dos. Imagem digital.

Numa sociedade em que as posições de poder são predominantemente ocupadas por homens, Maria Aparecida se vê conquistando espaço, se desvinculando de uma visão arcaica onde as mulheres são subestimadas, relegadas a uma posição inferior, mostrando que as mulheres conseguem lutar pelos seus direitos, atuando como uma liderança.

CONSIDERAÇÕES

Nesta pesquisa foi identificada a importância do trabalho da associação, o poder de um povo dentro de uma comunidade, representado de modo geral, pela atuação de uma mulher. Essas pequenas comunidades têm um grande problema de desvalorização por parte do governo local, o que dificulta bastante a luta pelos direitos. De outra forma, o fato de a comunidade ter uma presidenta na Associação, muitas vezes é subestimada diante de um estado predominantemente governado por homens.

Tendo em vista os aspectos observados, somos levados a acreditar que, discutir o conceito de gênero no meio social em que vivemos nos permite adentrar nos espaços de poder em que as mulheres ocupam nos dias atuais, que se comparados com os séculos passados, podem ser classificá-los como abrangentes. Sensato seria garantir que os direitos da classe feminina em nossa sociedade são iguais aos direitos dados homens, mas sabemos que não.

O processo pela demarcação da terra é algo complexo, são grandes desafios a serem enfrentados, pois do outro lado estão empresários envolvidos nesta luta, querendo o direito pela terra. Há na comunidade variadas necessidades onde atribuímos o descaso dos representantes públicos, pois os mesmos “fecham os olhos” para o povo da Ilha do Aratingui.

Apoiada em aspectos da abordagem etnográfica feita na comunidade tradicional, mostramos a importância da atuação da mulher e luta através do uso da linguagem para a resolução dos problemas sociais existentes naquele meio social, buscando sempre melhorias e reconhecimento para o seu povo. As mulheres vêm conseguindo aos poucos sair da “escuridão” e buscando a luz de sua liberdade política, social e pessoal. Maria Aparecida não cruza os braços diante das dificuldades, nem se intimida diante das autoridades. Assim, utilizamo-nos de suas próprias palavras, quando relaciona o sujeito individual ao sujeito coletivo: “Se eu tenho direito e a comunidade tem, eu vou atrás.”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, SPM, 2009.

CHAVES, Gislaine da Nóbrega. **Práticas de Leitura com mulheres no Assentamento APASA**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba

FOTOS. Fonte: Fernanda Gomes da Silva; Sanderline Ribeiro dos Santos –Imagens digitais.

GHEDIN, Evandro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação/** Evandro Ghedin, Maria Amélia Santoro Franco – 2º edição – São Paulo: Cortez, 2011. – (coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta.)

PEREIRA, Antonio Alberto. LEITE, Ivonaldo. **Educação do campo, agroecologia e a luta pela terra no Vale do Mamanguape/PB**. João pessoa: Ideia, 2014.